



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30 de abril 2013

02

Ata nº 02 | 30 de abril 2013

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos, coadjuvado pelo 1.ª Secretária, Dr.ª Joana Maria Ferreira Vergas, PS e pela 2.ª Secretário, Sr. Jorge Manuel Pisca Lúcio, PS. -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: --

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----

António José de Amendoeira Pêgo, PS -----

Carlos Manuel da Silva Mota, CDU -----

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

Ana Rita Rodrigo M. Rodrigues, PS -----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Rodrigo António F. A. Rodrigues, CDU -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PSD -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Ana Paula Chaves, PS -----

Délio Modesto Pereira, CDU, *em substituição* -----

Fernando Bernardes Domingos, PS -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----

João Vasco Clemente Mota, PSD -----

Rogério Luis Dias Santos, PS -----

José António Coelho Sobreira, PS -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----

Joaquim de Edgar Oliveira, PS -----

Fernando de Jesus Ramos, PS -----

Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do executivo municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Dr. Bernardo Pereira, o Senhor Vereador Eng.º Pedro Gil Franco, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Mário Júlio. -----

A Prof.ª Emília Soares (CDU), nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Délio Modesto Pereira (CDU). -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e de cinquenta minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à sessão e apresentou os cumprimentos à Mesa, membros da Assembleia, representantes da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, à Comunicação Social e Público. -----

--Informou que, se encontrava disponível na mesa para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal, no período que mediou a última sessão e o dia 30 de abril de 2013. -----

--De seguida, passou à discussão dos assuntos, moções, propostas ou recomendações apresentadas à Mesa, lembrando que, o tempo para cada membro é de vinte minutos. -----

MOÇÃO DA CDU SOBRE O "1º DE MAIO"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra deu a palavra ao Sr. Délio Pereira. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Délio Pereira, da CDU, começou por cumprimentar os presentes e leu da Moção sobre o "1º de maio". (Anexo 1) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra cumprimentou os presentes e salientou que a moção apresentada, tal como há dois anos e de acordo com o que o PSD disse na altura, a moção merecia um voto de unanimidade por parte da Assembleia Municipal. ---

--Tratando-se do ponto de vista da CDU, o PSD disponibilizou-se para construir um texto consensual sobre o "1º de maio" em conjunto com as outras bancadas. Perante a não disponibilidade da CDU, tratava-se de um voto suficientemente ideológico o que levaria o PSD à abstenção. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco Fernandes, do PS, usou a palavra para cumprimentar os presentes e felicitou a CDU pela coragem de apresentar a Moção do "1º de maio", que retratava a realidade atual do país, no que respeitava a reformas, salários e desemprego. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou da palavra para cumprimentar os presentes e disse concordar com o texto da moção da CDU e solicitou que fosse acrescentado uma realidade de desrespeito para os trabalhadores da Câmara Municipal do Cartaxo, -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

respeitantes ao facto de os descontos para a Caixa Geral de Aposentações não serem entregues ou os mais de 20 funcionários aposentados que continuam a receber pela CMC. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou a palavra para cumprimentar os presentes e salientou que as últimas afirmações proferidas pelo Dr. Pedro Mendonça não correspondiam à verdade, uma vez que enquanto presidente de Câmara todos os descontos dos funcionários tinham sido pagos desde o ano passado, ao contrário de um período em que não foram feitos os mesmos. ----

--Nesse sentido, pensava que considerar a inclusão desta matéria na Moção não correspondia à verdade. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou a palavra para cumprimentar os presentes e disse que a carga ideológica da Moção da CDU sobre o 1 de maio era natural e retirar-lhe a carga doutrinária era esvaziar o conteúdo e razão de ser da Moção. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, no uso da palavra cumprimentou os presentes e referindo-se ao que Sr. Presidente da Câmara disse sobre as afirmações do Dr. Pedro Mendonça não corresponderem à verdade, solicitou esclarecimentos sobre o facto de o ROC ter referido que os encargos que deviam ser entregues ao Estado (dos trabalhadores) tinham subido de setembro. -----

--Salientou, ainda, que a não inclusão na moção da situação proposta pelo BE em nada obstava que o BE votasse favoravelmente a proposta da CDU. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, manifestou a sua disponibilidade para esclarecer todas as dúvidas em local próprio. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção da CDU sobre o "1º de maio", com 20 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 0 votos contra e 8 abstenções, 1 do Grupo do PS e 7 do Grupo do PSD. -----

VÁRIOS ASSUNTOS APRESENTADOS PELOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, na sequência do seu pedido para que fosse facultado o processo da concessão do quiosque do parque da ribeira para consulta, à qual houve uma resposta do Sr. Presidente da Câmara no sentido de o mesmo estar disponível no dia da sessão da Assembleia, afirmou que o mesmo não tinha sucedido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou ter solicitado aos serviços o processo em causa e deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que estava planeada a presença do Presidente do Conselho de Administração da Rumo 2020 com toda a documentação associada para prestar eventuais esclarecimentos. No entanto a sua presença não fora possível devido a um imprevisto relacionado com problemas de saúde de um familiar próximo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Délio Pereira, da CDU, começou por questionar a continuidade da feira rural e o ponto da situação dos pagamentos aos pequenos agricultores, bem como solicitou esclarecimentos sobre a lei das bombas de combustível. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, no uso da palavra lembrou que ao Sr. Presidente da Assembleia que não tinha solicitado a presença do Presidente do Conselho de Administração da Rumo 2020 mas, sim documentação do quiosque da ribeira. -----

--Salientou que de acordo com o regulamento dos quiosques, no número 4 do artigo 10º, a adjudicação definitiva seria proferida por deliberação de Câmara Municipal conjuntamente com as condições gerais do contrato, descrição do espaço a arrendar, forma de pagamento da renda e identificação do adjudicatário. Neste sentido e uma vez que nada fora a reunião de Câmara, solicitou o processo para análise. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que pretendia dar continuidade à feira rural, que pensava retomar no próximo mês de maio, faltando saldar cerca de 1.500€ aos produtores. -----

--Esclareceu não ter conhecimento de alterações ou substituições do Decreto-Lei sobre as bombas de combustível e garantiu que todos os processos associados à instalação de empresas com cariz urbanístico careciam de licenciamento por parte da Câmara. Salientou, ainda, tratar-se de um procedimento meramente técnico, que passava pela comparação de leis, regulamentos e normas em vigor associadas à questão específica, incluindo o parecer do técnico e decisão do vereador competente com base nos vários pareceres. -----

--Quanto ao facto de o processo ter de ser submetido à reunião de Câmara, era da opinião que a Dr.ª Odete Cosme estava a ler o regulamento municipal considerando que os ativos seriam da gestão da Câmara Municipal, neste caso não é isso que sucedia, ou seja, os ativos eram da empresa municipal Rumo 2020 e nesse sentido o procedimento era liderado e conduzido pela mesma. -----

--Referiu que decorridos os procedimentos legais para adjudicação e concessão, a mesma aconteceu, tendo sido publicados por duas vezes em órgãos de comunicação social. Contudo, apenas à terceira vez tinha aparecido alguém que aceitara as condições. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra disse que o regulamento municipal era de atribuição do direito e ocupação de espaço comerciais do parque central da cidade do Cartaxo, dos quiosques da ribeira do Cartaxo e de outros espaços e quiosques. -----

--Frisou que para haver transparência era necessário a documentação solicitada a 17 de abril estar disponível, bem como, a troca de informação. Neste sentido o BE iria continuar a solicitar os documentos que tinha direito de consultar. -----

--Manifestou, ainda, algumas preocupações por parte dos taxistas do Cartaxo, respeitantes à colocação de uma placa com o número de telefone na estação de comboios de Santana. Alertou para a falta de visibilidade das passadeiras em determinadas zonas no Cartaxo e para a inexistência de sanitários públicos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, lamentou que ao descrever a situação associada ao Presidente do Conselho de Administração da Rumo 2020, tenha sido apelidado de um homem que fugia à verdade. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng.º Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Juarez

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimentou os presentes e questionou sobre a proposta apresentada, diversas vezes pela bancada do PSD, sobre o regulamento da fluvina. -----

—De acordo com a sessão da Assembleia de Freguesia de Valada do dia 29 de abril, fora informado que o processo estava a avançar, pelo que solicitou confirmação do Sr. Presidente da Câmara. -----

—Questionou a existência de um plano de salvaguarda dos utentes da ponte D. Amélia, apesar de alguns dos incidentes terem ocorrido do lado de Salvaterra. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, confirmou a informação veiculada na sessão da Assembleia de Freguesia de Valada, informando que se pretendia criar uma regra de utilização do espaço devido a abusos na utilização da infraestrutura. -----

-- Acrescentou que naquele momento o processo encontrava-se na fase de recolha de elementos para a construção de um modelo final para análise e submissão nos respetivos órgãos autárquicos por parte do gabinete jurídico, seguido de um período de 30 dias para consulta pública e entrada em vigor do regulamento. -----

—Salientou que em conjunto com o Município de Salvaterra fora solicitado à GNR um reforço da fiscalização na zona da ponte D.ª Amélia, bem como, uma melhoria da iluminação do lado sul da ponte e porventura do lado do Cartaxo que ainda estava a ser equacionada. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, disse que iria transmitir aos taxistas que as suas solicitações foram ignoradas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

—Salientou que o Sr. Presidente da Câmara estava num órgão político onde existiam confrontos políticos. Mais uma vez solicitou o processo para análise e discussão. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Rita Monteiro, do PS, no uso da palavra cumprimentou os presentes e questionou o facto de o pavilhão do INATEL, raramente, ter água quente. -----

—Tendo em conta que as piscinas municipais não serviam para competição, por não cumprirem as medidas mínimas regulamentares faltando cerca de meio centímetro assim como o estádio municipal na modalidade de atletismo por falta de uma pista, questionou se o pavilhão desportivo da nova escola EB 2,3 iria ter ou não medidas regulamentares para competição. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de acordo com informação dos serviços anotou que a questão dos banhos do Inatel estava a decorrer dentro da normalidade e anotou apenas duas falhas pontuais, acrescentando que faltavam vários metros às piscinas para competições de Federação. -----

—Quanto à última questão referiu o facto de o pavilhão desportivo da nova escola EB 2,3 correspondia ou não às medidas regulamentarmente exigidas para a prática desportiva associada à competição, disse tratar-se de um projeto que correspondia às diretrizes do Ministério da Educação. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, no uso da palavra recordou que há cerca de 10 anos fora a reunião de Câmara um regulamento da fluvina de Valada, elaborado pela Escola de Desporto de Rio Maior cujo assunto fora retirado da ordem de trabalhos no decorrer da mesma e adiada para outra altura a discussão do regulamento. -----

—Afirmou ter a certeza que as pistas do estádio municipal davam para competição, recordando as



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

multas do Tribunal de Contas aplicadas a vários vereadores respeitantes ao aumento de duas pistas e que no projeto constavam seis, bem como a iluminação que não permitia transmissões televisivas, tendo sido feita uma alteração ao projeto. -----

--Relembrou a questão da dimensão dos campos de ténis, piscinas municipais e do pavilhão do Inatel, este último construído há mais de 40 anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou que todos os regulamentos do passado estavam a ser apreciados e ponderados pelo gabinete jurídico. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou da palavra para informar que a pista de atletismo do estádio municipal estava apta para competição mas não para meetings internacionais, porque não tinha as 8 pistas em todo o seu perímetro. -----

--Salientou que faltava alguns centímetros ao tanque das piscinas municipais e alguns metros na área envolvente necessária para a realização de provas desportivas. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento de vários assuntos apresentados pelos membros da Assembleia Municipal. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, convidou a usar da palavra o representante da Associação EcoCartaxo - Sr. Jorge Garcia. -----

O representante da EcoCartaxo, Senhor. Jorge Garcia, usou a palavra para cumprimentar os presentes e abordou a questão do projeto "Vivacidade", tendo dado a palavra à Sr.^a Ana Silva que apresentou o projeto em epígrafe e esclareceu questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. (Anexo 2) -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato, do PSD, no uso da palavra questionou o tipo de espaço para reaproveitamento dos mesmos e em termos de apoio financeiro. -----

A representante da EcoCartaxo, Senhora Ana Silva, salientou que a questão financeira era a menos importante, uma vez que o que era importante era a mobilização dos cidadãos para ocupação dos espaços envolventes à respetiva área residencial, sendo qualquer espaço verde propício à realização do projeto com o consentimento e apoio logístico por parte da Câmara Municipal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra concordou com a EcoCartaxo no que respeitava à responsabilização dos cidadãos nos espaços onde moravam e disponibilizou-se para cooperar no projeto da associação. -----

--Destacou a importância da EcoCartaxo e da Câmara Municipal delinarem regras de utilização e manutenção, com uma diminuição dos recursos utilizados por parte da Câmara Municipal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra cumprimentou os presentes e felicitou a EcoCartaxo pela iniciativa e dinamização do projeto "Vivacidade". Destacou que uma das principais lacunas do concelho do Cartaxo era a manutenção dos espaços verdes, o que acarretava custos. Acrescentou que uma das lições principais que aprendeu com a visita da associação é que era possível ter espaços bonitos e bem tratados de forma



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sustentável. -----

--Era da opinião que o sucesso do projeto passava pelo envolvimento da sociedade, sendo a EcoCartaxo o dinamizador e a Câmara Municipal o principal parceiro. -----

--Lançou, por isso, o desafio no sentido de o projeto ser divulgado através dos meios de comunicação da autarquia, assim como a comunicação social passar a ser ela, também, um parceiro ativo e dinamizador do projeto. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra solicitou a intervenção do Vereador com o pelouro do ambiente para esclarecer a ausência de resposta à EcoCartaxo e questionou se era intenção do Câmara Municipal manter reuniões com a associação para colocar o projeto em execução. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata, do PSD, usou a palavra felicitar a EcoCartaxo e salientou que a questão da Eng.^a Luísa Pato prendia-se com o facto de ser água recuperada das chuvas ou água canalizada. -----

--Questionou se o projeto fora alvo de uma candidatura e quais os terrenos incluídos, bem como se se trata de agricultura biológica única e exclusivamente. -----
com determinados fins e objetivos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Ramos, do PS, usou a palavra para cumprimentar os presentes e felicitou a EcoCartaxo pelo projeto "Vivacidade", tratando-se de um concelho predominantemente vitivinícola pensava ser oportuna a plantação de vinhas nas rotundas. ---

A representante da EcoCartaxo, Senhora Ana Silva, quanto à questão de cativar a população para o projeto salientou que a EcoCartaxo tinha alguma experiência no jardim em frente à EcoCartaxo, onde os associados, com autorização da Câmara Municipal, começara a iniciar o processo de reabilitação dos espaços verdes, tendo a população em redor manifestado interesse em participar no mesmo. Neste sentido, achava que o mesmo sucederia com os restantes espaços verdes. -----

--Também foi feita uma apresentação na Escola Secundária e uma pequena ação de porta a porta, que suscitou alguma curiosidade por das pessoas. -----

--Salientou ser de extrema importância a questão da água e sendo, em conjunto com os técnicos da Câmara Municipal, iria ser tido em conta a recuperação de alguma água da chuva para rega das plantas. -----

--Por último, disse que a agricultura biológica era feita nos espaços das hortas urbanas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, convidou a usar da palavra o Sr. José Carlos Nogueira.

O Município Sr. José Carlos Nogueira, no uso da palavra abordou várias questões, referentes ao deficiente funcionamento do sistema de água nas avenidas, à falta de ligação do ponto de água dos jardins, ao elevado valor das mensalidades das piscinas municipais, a baixa temperatura da água das Piscinas, a retirada do placard com o anúncio do pavilhão multiusos e a base da grua junto à Casa do Povo, a ausência de calçada do lado esquerdo da Rua Prof. Bernardo das Neves, a calçada do passeio danificada junto à entrada da Quinta das Pratas até à rotunda, a situação da zona dos bares



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuar fechada e a inexistência de vitrine para afixação de avisos públicos. -----

–Propôs que a Festa do Vinho se realizasse no início do mês para uma maior adesão de visitantes, dado que recebem os ordenados nesta altura. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra cumprimentou os presentes e disse não ter recebido qualquer pedido de reunião, apenas o documento entregue na presente sessão, manifestando que a Associação EcoCartaxo sempre tivera a colaboração da autarquia. -----

–Tencionava, assim, reunir com os dois agrupamentos no sentido de recrutar um conjunto de jovens com a designação de «Brigadas Verdes» para colaborarem com a EcoCartaxo nesta iniciativa. -----

–Informou ter recebido na passada semana um conjunto de equipamentos, que aguardava há um ano e meio. Entretanto procedeu-se à limpeza da ciclovia na Alameda e procedeu-se ao levantamento de todas as áreas verdes com sistema de regas para redução de consumos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra alertou para a afixação de editais no exterior e solicitou à Mesa a entrega da gravação ao Sr. Presidente da Câmara referente à declaração do munícipe Sr. José Carlos Nogueira, uma vez que não se dignou a ouvir um cidadão da terra da qual é Presidente da Câmara. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, leu a ordem de trabalhos e deu a palavra à Coordenadora do CPCJ, Dra. Conceição Reis. -----

1- APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CARTAXO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Conceição Reis, coordenadora da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens para apresentação do relatório de atividade. -----

A Coordenadora do CPCJ, Dr.ª Conceição Reis, no uso da palavra apresentou o relatório de atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Cartaxo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar, do PSD, no uso da palavra questionou qual era o acompanhamento por parte da CPCJ nos casos de abandono escolar, bem como, a taxa de sucesso quanto à taxa de abandono escolar. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista, do PSD, usou a palavra para tecer algumas considerações sobre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Cartaxo. (Anexo 3) --

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra enalteceu o mérito do trabalho desenvolvido pela Comissão e questionou se os recursos disponíveis para a Comissão eram os suficientes para o desenvolvimento da sua ação. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra questionou a necessidade de mais recursos para o desenvolvimento de trabalho e a existência de um plano para o aumento de risco das crianças e jovens tendo em conta a situação financeira do país. -----

A Técnica Dr.ª Conceição Reis, no uso da palavra disse que face ao abandono escolar a comissão acompanhava os jovens integrando-os nas turmas do PIEF e que cada duas turmas eram



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Yuan
HL

acompanhadas por um técnico. Referiu não se verificavam dificuldades em termos de recursos essenciais, ao contrário do ano 2012. -----

--Esclareceu que a CPCJ aderiu ao projeto "Tecer na Prevenção" da Comissão Nacional, no sentido de dinamizar as comissões alargadas para planificação a intervenção no risco, que posteriormente iria ser associado ao plano da rede social. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra agradeceu o contributo da Dr.^a Conceição Reis e restante equipa, nas áreas da CPCJ, Conselhos Locais de Ação Social, núcleos de inserção, cantinas sociais, apoio a famílias carenciadas ou apoio aos idosos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, manifestou a disponibilidade da Assembleia para apoiar a CPCJ. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de atividade da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Cartaxo. -----

2- APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, no uso da palavra salientou que a área de desenvolvimento económico respeitante à gestão e ao acompanhamento da Valtejo Finicia, que a Câmara Municipal tinha aderido em junho de 2006 (no total de 450 mil euros), era um fundo entre a Câmara Municipal e o BES. -----

--Nesse sentido questionou em que ponto se encontrava o fundo, o número de empresas e quais os montantes atribuídos para ajuda a empresas que se propuseram e quantas tinham sido auxiliadas. ----

--Questionou a importância de 14,3 M€ na rubrica 'outros devedores', que aparecia como rendas na demonstração de resultados. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra informou que o projeto Valtejo Finicia tem parceria com a Nersant para além das empresas enumeradas. -----

--Registou que ao longo dos anos não se verificou nenhuma candidatura por parte de empresas, dado não reconhecerem o benefício no projeto. Neste sentido, o Município estava a equacionar a continuidade do projeto. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, de acordo com a intervenção da coordenadora da CPCJ, que salientou a importância de estabelecer parcerias para a prevenção, questionou o facto de não ser cumprida a lei do Conselho Geral de Segurança para ser complementar com as outras comissões. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra referiu que a presidente da CPCJ era uma técnica municipal orientada para a ação social. Disse, ainda, que não fora o Conselho Geral de Segurança que influenciara a busca da solução para os problemas, trabalhando a comissão com o elemento da proteção civil e os restantes parceiros como era o caso dos membros da assembleia das



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instituições particulares de solidariedade social. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra disse que o Conselho Geral de Segurança devia reunir quatro vezes por ano, podendo ter um papel essencial na prevenção da criminalidade no Cartaxo. -----

--Anotou não estar a ser colocado em causa o trabalho da CPCJ ou parcerias existentes, estando apenas em causa que poderia existir mais porque a questão da segurança era essencial. Tratando-se de uma prioridade para o BE, iria apelar ao cumprimento da lei. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra salientou que a execução orçamenta, em três meses, apontava na receita e despesa para um valor global na ordem dos 4% de execução e com este ritmo chegaria ao final do ano com 16% de execução, para um orçamento que rondava os 73 M€. -----

--Solicitou informação sobre o plano de reequilíbrio financeiro, sobre o ponto da situação do processo do PAEL e eventual troca de informações com o Tribunal de Contas, dado que fora noticiado que cerca de 71 câmaras municipais tinham obtido o visto do Tribunal de Contas. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra questionou sobre a aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para esclarecer que o PAEL foi aprovado em sessão da Assembleia conjuntamente com o plano de reequilíbrio financeiro, constituindo o plano de ajustamento do Município. Depois da assinatura por parte da tutela e do encaminhado para o Tribunal de Contas, após uma primeira análise tinha existido um conjunto de questões dirigidas à Câmara Municipal. Afirmou que essas questões tinham sido difundidas por todos os membros da Assembleia, assim como, as respetivas respostas. -----

--Informou que No 2º período de análise por parte do Tribunal de Contas surgiu outro conjunto de questões relativas à não aceitação por parte do Tribunal de Contas da análise do PAEL: o contrato do PAEL e o financiamento em separado com o reequilíbrio. -----

--Disse que a CMC tinha insistido no reequilíbrio, tendo obtido resposta por parte da Caixa Geral de Depósitos, BES, Banco Santander Totta, estando a aguardar apenas a resposta do BPI. -----

--Informou que concluída essa fase, as propostas eram submetidas à consideração da Câmara e da Assembleia Municipal e mediante aprovação era enviada a modalidade do reequilíbrio ao Tribunal de Contas, em conjunto com a resposta ao segundo conjunto de questões. Somente após esta fase é que a CMC estava em condições de ver visados o PAEL e o reequilíbrio. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra lembrou não ter sido respondida a questão sobre o Conselho Geral de Segurança. -----

--Questionou, ainda, o facto de não ter sido disponibilizado o 2º conjunto de questões por parte do Tribunal de Contas, solicitada pelo BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para questionar se no diálogo tido com o Tribunal de Contas, o Sr. Presidente da Câmara tinha percecionado a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possibilidade de vir a ter vistos de autorização com montantes inferiores aos solicitados no reequilíbrio financeiro ou no PAEL. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, quanto à primeira questão salientou que a informação iria ser divulgada após a conclusão das respostas e que naquele momento encontra-se em fase de técnica e de análise. -----

--Disse que tinha existido um processamento e pagamento efetivo de faturas carregadas no âmbito do PAEL, pelo que não constam na listagem. Além disso existira uma interpretação por parte do Tribunal de Contas, diversa da DGAL, no que respeitava às faturas vencidas em dezembro de 2011, considerando que o mês de dezembro devia ser expurgado da listagem aprovada em Assembleia, o que fazia sofrer uma redução na ordem dos 1,7 M€, pelo que antevia o recebimento de 16 M€ apenas na vertente PAEL. Nesse sentido, houve um decréscimo da verba expectável a receber. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra salientou que não era o Sr. Presidente da Câmara que decidia a utilidade ou não da transparência mas sim o legislador. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de atividade e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

3- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA LCPA -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra dizendo que o ponto 3, 4, 6, 7 e 13 estavam relacionados com a aquisição e prestação de serviços com caráter plurianual. Sendo que o ponto 3 era uma autorização prévia genérica e carecia de uma primeira votação, propôs que os pontos fossem discutidos em conjunto, com vista à celeridade dos trabalhos. --

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, solicitou a palavra para dizer que concordava com a proposta apresentada pelo PSD. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra disse concordar com a proposta da bancada do PSD, embora com considerações diferentes quanto ao ponto 3 e 5. ----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo, do PS, usou a palavra para referir que concordava com a proposta do PSD. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra admitiu que o ponto 3 merecia uma discussão autonomizada em relação aos restantes pontos que por sua vez deveriam de ser votados em separado. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, solicitou a palavra para referir que uma autorização prévia genérica era como apresentar um "cheque em branco". Assim, tendo em conta a sua forma genérica, a bancada da CDU votou contra a proposta, apesar de entender que qualquer das aquisições era necessária e não estava em causa a necessidade da energia elétrica, outsourcing de impressão, massas asfálticas, gás natural ou serviços de comunicações. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Quanto aos serviços de outsourcing de impressão, independentemente da CDU votar contra, manifestou interesse em conhecer o estudo que fundamentou a adjudicação, dado desconhecer se foram analisadas outras possibilidades porque havia outras soluções com custos distintos da referida prestação do serviço. -----

--Questionou que em todas as situações referentes aos pontos em discussão, os pareceres dos serviços é de que *"nesta data não existem fundos disponíveis para a assunção deste compromisso ou de novos compromissos"* e face à lei a bancada da CDU vota contra os referidos pontos. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato, do PSD, solicitou a palavra para referir que a bancada do PSD não questionava a pertinência das propostas de aquisição dos vários produtos mas, dada a violação da lei em vigor vota contra as propostas. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no seguimento da intervenção da CDU e do PSD, disse que não entende que não sejam apresentadas outras soluções respeitantes ao serviço de outsourcing de impressão ou seja dado conhecimento do que está a ser feito pelas juntas de freguesia no âmbito das competências delegadas quanto às massas asfálticas. -----

--Salientou que o BE vai votar os pontos propostos a votação, dado estarem a ser solicitados por parte do executivo *"cheques em branco"*, -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que o ponto 3 de acordo com a documentação distribuída, tratava-se de uma exposição da recomendação da Associação de Municípios e aplicável a todos os municípios. Salientou que municípios com maiores dificuldades financeiras do que o Município do Cartaxo e de partidos representados na oposição, adaptaram também a modalidade apresentada como sendo a melhor no sentido de ultrapassar uma imposição que o orçamento de estado e nada tinha a ver com a lei dos compromissos. -----

--Referiu tratar-se de uma autorização prévia genérica para a contratação de despesas até a um máximo 100 mil euros para despesas correntes. Por isso, não se trata de assumir um compromisso, porque cada compromisso era assumido e assinado por quem tinha as respetivas competências para o efeito no executivo. A mesma estava a ser aplicada em todo o país mesmo em municípios que tinham aderido ao PAEL ou que não tinham fundos disponíveis. Assim sendo, estes últimos não implicam a aplicação e a transposição da deliberação de autorização prévia da Assembleia para as respetivas competências executivas. -----

--Relembrou que os vários serviços propostos para aprovação tinham sido ouvidos pela Comunidade Intermunicipal e visavam otimizar as necessidades e fornecimentos, com níveis de poupança na ordem dos 25%. -----

--Quanto aos vários serviços propostos para aprovação, informou que se tratava de uma autorização prévia que carecia de compromisso e que era firmado na altura da celebração do contrato, pelo que não violava da lei nos referidos pontos. -----

--Salientou, ainda, que a celebração do compromisso dependia dos resultados obtidos no final do procedimento, caso não coincidisse com o ponto de vista de quem tinha responsabilidades



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivas. -----

--Pretende-se, assim, agilizar todos procedimentos de gestão corrente associados à gestão da CMC, que sendo pesados careciam de autorização. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra e na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que foi referido outros municípios com mais dificuldades financeiras do que o Município do Cartaxo. -----

--Salientou que dos 308 municípios do país, havia 20, incluindo o Município do Cartaxo, que estavam definidos com a pior situação financeira, pelo que não há muitos exemplos a recorrer. -----

--Registou que aquando da aprovação do orçamento para o ano 2013, o Sr. Presidente da Câmara não assumira compromissos para além da data das eleições, nomeadamente, referentes aos protocolos com as juntas de freguesia. Tratava-se de um exemplo de responsabilidade que o executivo municipal poderia assumir com os 12 meses do ano civil ao qual se reportava o orçamento. -

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra solicitou ao Sr. Presidente da Câmara uma resposta à intervenção do Dr. Vasco Cunha, respeitante ao facto de os protocolos de delegação de competências terem sido defendidos que tinham de ser até ao mês de outubro. -----

--Disse, ainda, que sem a aprovação da Assembleia, também, não pode ser feito o compromisso mencionado no ponto nº 3. -----

--Quanto às decisões intermunicipais e no caso específico das fotocópias, referiu que estar em grupo ou no coletivo nunca deveria retirar a capacidade de pensar, pelo que era da opinião que deveriam ser feitas outras consultas ao mercado, dadas as mudanças constantes na área. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, solicitou a palavra para salientar o facto de o Sr. Presidente dizer que, face ao sentido de voto de quem vai votar contra os pontos, era uma atitude de falta de coragem e defensiva. -----

--Destacou a atitude de falta de responsabilidade e de seriedade de quem tinha gerido o município ao longo dos anos, porque quando a lei era cumprida não pode permitir que chamem a essas pessoas, pessoas com falta de coragem. -----

--Relativamente aos outros assuntos em discussão e particularmente à Comunidade Intermunicipal, partilhava da opinião do Dr. Pedro Mendonça quando este afirmou que fazer parte de um grupo não impedia de pensarmos por cada um de nós. A Comunidade Intermunicipal criara uma central de compras e não obrigava os municípios a comprarem pela mesma, sendo estes livres de procurarem melhores propostas de compra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que a proposta inicial limitava a ação do próximo executivo, enquanto na situação apresentada procura-se encontrar a melhor estimativa para inclusão de um procedimento, para obter melhores resultados. Nesse sentido foram considerados 3



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anos com maior dimensão para uma maior poupança e para que os futuros executivos não ficassem limitados ao contrato. -----

—Reforçou a importância da referida proposta quando sublinhou ter sido uma proposta da Associação Nacional de Municípios. Afirmou que a listagem da DGAL não apresentava o Município do Cartaxo em 20º lugar. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para dizer que o facto de os contratos assinados poderem vir a ser alterados por futuros executivos só poderia vir de uma pessoa que não estava por dentro das matérias. Nesse sentido, afirmou que o Sr. Presidente da Câmara não estava preparado para argumentar e defender as situações, quando referia que o contrato assinado pelas entidades podia ser revogado pelo próximo executivo, ao contrário dos protocolos poderiam ser alterados em qualquer altura. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal no âmbito da LCPA, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

4- AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN (BAIXA TENSÃO NORMAL), BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL) E MT (MÉDIA TENSÃO) – ANOS 2013/2014/2015 _ PRÉVIA AUTORIZAÇÃO (DL 197/99, DE 08.06) / AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto 4 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a aquisição de Energia Elétrica para instalações alimentadas em BTN (Baixa Tensão Normal), BTE (Baixa Tensão Especial) e MT (Média Tensão) – Anos 2013/2014/2015 _ prévia autorização (DL 197/99, de 08.06) / autorização prévia (LCPA), com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

5- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO – ANOS 2013/2014/2015/2016 _ AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto 5 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a aquisição de serviços de Outsourcing de Impressão – Anos 2013/2014/2015/2016 _ autorização prévia (LCPA), com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

6- AQUISIÇÃO DE MASSAS ASFÁLTICAS – ANOS 2013/2014 _ AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto 6 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a aquisição de Massas Asfálticas – Anos 2013/2014 _ autorização prévia (LCPA), com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PS. -----

7- AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL – ANOS 2013/2014/2015 _ AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto 7 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a aquisição de Gás Natural – Anos 2013/2014/2015 _ autorização prévia (LCPA), com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

8- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 DA RUMO 2020, E.M. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, usou a palavra para perguntar a situação referente às receitas das previsões para o ano 2012, que estavam retratadas na página 35, do Relatório de Gestão, no valor de 13.490 mil euros (correspondentes a rendas) e das quais foram recebidas apenas 992 mil euros. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu a Dr.^a Odete Cosme afirmando que estava a ser discutido o ponto 8. De seguida deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra solicitou esclarecimentos sobre a empresa Caminhos do Campo, que era uma das empresas comparticipadas pela Rumo 2020 e dado que nunca entendera quem era o parceiro privado ou os parceiros privados da empresa. Somente tinha conhecimento que a Rumo 2010 detinha 49% da empresa Caminhos do Campo. -----

– Solicitou, ainda, esclarecimentos quanto ao passivo, encargos e contas que a Câmara Municipal tinha para atualizar com a referida empresa e que pensava terem de ser feitas no exercício económico do ano 2013. Disse que após a extinção da empresa a Câmara Municipal deve fazer o acerto de contas para esse efeito. -----

–Relativamente ao quadro de pessoal, pediu informação sobre os colaboradores permanentes e os que se encontravam a termo, assim como, iria ser feita a transferência dos compromissos que derivam do quadro comunitário, da Rumo 2020 para o executivo municipal. -----

–Anotou o esforço por parte da empresa no sentido de valorizar do ponto de vista político todo o espaço de Santa Eulália e a existência de um concurso para 2 equipamentos aí instalados e o concurso ficar vazio. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu que a empresa Pragosa era um dos acionistas da empresa Caminhos do Campo. -----

–Quanto às questões do envolvimento do QREN, pessoal, ativos e passivo, e de acordo com o último ponto da ordem de trabalhos da sessão, iria ao encontro do que está estipulado na lei. -----

–Salientou que a Rumo 2020 não tinha colaboradores com vínculo a termo certo e os 11 vínculos a tempo indeterminado iriam ser enquadrados na Câmara Municipal. -----

–Manifestou preocupação quanto ao desenvolvimento das atividades extracurriculares, tendo, no



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entanto, a certeza de ser encontrada uma solução que permitisse a Câmara Municipal absorver todos os procedimentos da mesma forma como estavam estabilizados na empresa municipal. -----

--Disse, ainda, que nesse momento os projetos que a Rumo 2020 tinha para desenvolver já estavam concluídos, não existindo nenhuma obra em execução pela mesma, apenas o passivo associado à mesma e alguma parte por receber de QREN.-----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, questionou como era possível a Rumo 2020 ter todos os funcionários com contrato a tempo indeterminado, pois tinha em sua posse um documento, entregue pelo Vereador Fernando Martins em abril do ano transato, que referia apenas 1 dos trabalhadores da Rumo 2020 a tempo indeterminado e os restantes a tempo certo. -----

--Tendo em conta a necessidade de desenvolvimento de concursos e respetivas publicações no Diário da República, que não se verificou, perguntou como é que os trabalhadores passaram de tempo certo para tempo indeterminado. Não esquecendo que há 1 ano não se encontravam a tempo indeterminado e quando a lei dizia que tinham de ter mais do que 1 ano em tempo indeterminado. Assim questiona como é que o executivo pensava fazer a internalização das pessoas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, usou a palavra para salientar que o processo foi desenvolvido legalmente e acompanhado pelos juristas e técnicos competentes para o efeito, com vista às necessidades da empresa municipal apresentava na altura, bem como, cumpria com todas as legalidades para a extinção da Rumo 2020. -----

--Salientou que a documentação em posse da Dr.ª Odete Cosme poderia conter alguns lapsos de forma e de conteúdo. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Prestação de Contas do Exercício de 2012 da RUMO 2020, E.M. -----

9- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2012 DO MUNICÍPIO DO CARTAXO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, usou a palavra para solicitar os seguintes esclarecimentos: -----

--A quem a Câmara Municipal concedeu empréstimos, uma vez que os empréstimos concedidos apresentam o valor de 20.850 €. -----

-- Afirmou que na página 261, da demonstração de resultados, verificava-se o aumento do excesso de endividamento líquido que passou de 21,7 M€ para 23 M€. -----

--Relativamente ao relatório de gestão, salientou que uma execução de receitas e de despesa na ordem dos 23%, quando a média nacional ronda os 60 %, o Sr. Presidente lisonjeou-se de ter feito e cumprido com os desígnios que pretende e ter orgulho no que fez é no mínimo curioso. -----

--No que respeitava à página 40, do Relatório de Gestão, a redução de 10% na dívida de fornecedores que o orçamento de estado previa, não existia, pelo contrário, a dívida a fornecedores aumentara em



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10% porque a verba retirada em subsídios de férias aos trabalhadores da autarquia no ano passado teria que ser destinada a pagamento aos fornecedores e se tivesse sucedido representaria mais 10% de subida. -----

--Também a variação do endividamento era negativa em 92%. Na página 41, o mapa referia que os encargos de 2012 vencidos e não pagos com empréstimos de curto, médio e longo prazo perfaziam 2,7 M€. Ao mesmo tempo recordou que na reunião de Câmara o Sr. Presidente de Câmara disse que nos últimos 2 anos fizera pagamentos, o que não aconteceu no último ano. O único pagamento efetuado fora de 102 mil euros. -----

--Quanto às receitas das previsões para o ano 2012, na página 35, do Relatório de Gestão, disse que o valor era de 13.490 mil euros de rendas e das quais foram recebidas apenas 992 euros. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, no uso da palavra leu a declaração de voto da bancada do PSD. (Anexo 4) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, usou a palavra para destacar a habitual execução orçamental que era redundante de ano para ano. -----

--Salientou que a afirmação na página 262 quanto "*à atual conjuntura económica e financeira, com a redução efetiva da receita do município, que afetou de forma significativa as receitas, devem ser tomadas medidas de contenção financeira e reprogramação da dívida. De igual modo deve proceder-se à reestruturação de algumas medidas de forma a maximizar a receita*", a mesma era repetida no relatório da demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro – 2º semestre. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, usou a palavra recordando que a sessão da Assembleia iniciou com uma moção apresentada pela CDU, onde o próprio destacou o desrespeito pelos trabalhadores da Câmara Municipal do Cartaxo. -----

--Disse que, na página 71, do relatório do ROC, o ponto 9 das ênfases dizia que "conforme referido na nota 25 do anexo, as contas encontram-se em mora dívidas ao setor público estatal no montante de 1.254.000€". Em outubro de 2012 a mesma dívida era de 788 mil euros, pelo que em 3 meses tinha subido 1.254.000€. Nesse sentido questionou se estavam a ser entregues os descontos dos funcionários e o facto de o ROC afirmar estas questões. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra relevou um conjunto de aspetos e comparações com os mesmos indicadores referidos nas intervenções anteriores e que correspondiam a uma análise mais parecida com a realidade. De acordo com a componente económica de 2011 para 2012 houve um decréscimo de 6% de proveitos operacionais, passando de 11 M€ para 10 M€, e os custos operacionais diminuíram de 18,5%, tendo passado de 14,5 M€ para 11,8 M€, correspondente a uma variação de 2,7 M€. Neste sentido, os custos de funcionamento foram encurtados e otimizados num só ano e os resultados operacionais melhoraram face ao ano 2011 em 58,4%, através da recuperação da forma de funcionamento da estrutura camarária. -----

--Disse que se tinha verificado um decréscimo negativo de 3,5% para 1,5%, durante 1 ano, bem como, um decréscimo de 43% durante 1 ano de resultados correntes. A verificar-se essa tendência atingia-se



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um patamar nos resultados, equilibrando a balança que há 1 ano atrás apresentava 5 M€ desequilibrada e atualmente passava para 2,5 M€, com uma recuperação em termos percentuais de 45,5%. -----

--Destacou, ainda, um decréscimo de custos com o pessoal na ordem dos 13,4% e nos fornecimentos de serviços externos na ordem dos 15%, o que significava que o esforço da CMC, na otimização do trabalho dos colaboradores, permitia a dispensa de muitas prestações de serviços na ordem dos 15%, correspondentes a 700 mil euros. -----

--Disse que verificava-se um valor negativo no resultado líquido do exercício e uma recuperação clara de 5,4 M€, apresentados no ano transato e após a retirada de 17 M€ de contrapartidas da Ota e um conjunto de fatores que não eram de aplicação direta. -----

--Quanto à componente financeira afirmou que se tinha verificado, no ativo, uma variação de 0,01%, nos fundos próprios e no passivo uma variação de 4,1%. -----

--Informou que a receita corrente arrecadada teve um decréscimo de 15,4%, equivalente a 4 M€, a receita de capital um aumento de 30% e que fora canalizada para o pagamento do investimento. Neste sentido, tinha-se verificado uma diminuição de 5,5% na receita total arrecadada relativamente ao ano 2012. Apesar do decréscimo da receita e das dificuldades negativas apontadas, ainda foi possível recuperar 45,5%. -----

--Salientou que as dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo tinham sofrido uma variação negativa de 0,1%, o que significava um decréscimo a nível de endividamento, recuperando a situação financeira em 45%. -----

--Concluiu informando que os empréstimos registaram uma redução de 0,5% e as dívidas a terceiros um aumento de 0,38%, pelo que estabilizado o serviço da dívida, poderia verificar-se uma recuperação efetiva da situação financeira da Câmara Municipal. Registou, ainda, que os descontos dos funcionários são entregues todos os meses. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Sr.ª Rita Monteiro, do PS, usou a palavra para solicitar esclarecimentos sobre a dívida da água de 2002 a 2011. -----

--Questionou, ainda, o ano de concessão da água à Cartágua, pois a mesma implicava a passagem do passivo para a empresa concessionária. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme, do BE, na sequência da intervenção anterior, também, fez referência à dívida de água respeitante aos anos 2002 até 2011, que segundo o contrato assinado com a Cartágua, em março de 2010, na cláusula 66ª dizia que as obrigações existentes, ativos e passivos, passavam para a Cartágua, ou seja, havendo dívida dos utentes à Câmara as mesmas passavam a cobradas pela Cartágua. -----

--Na sequência da afirmação do Sr. Presidente da Câmara quanto à diminuição de proveitos em 6% e 45% nos gastos, questionou porque não foram pagos os empréstimos e a dívida de capital e de juros.

--Tendo, ainda, em consideração a redução nos gastos operacionais e nas contratações de terceiros, questionou porque não foi reduzida a dívida a fornecedores conforme previsto na lei. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--Relembrou, ainda, ter questionado sobre as rendas mencionadas e que nunca foram recebidas, assim como os empréstimos de 20.850€ concedidos pela Câmara Municipal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para questionar o orçamento do ano passado no valor de 73 M€, nomeadamente, se havia a intenção de fazer os cortes. -----

--Referiu que a Câmara Municipal tinha cerca de 45 M€ de dívida, mais 6 M€ ou 7 M€ por parte da Rumo 2020, mais 8 M€ ou 10 M€ recebidos por parte da Cartágua pelas rendas da concessão, o perfazia um total de 70 M€ gastos no Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra disse que enquanto não houvesse um pedido de desculpas formal dirigido ao próprio, não respondia às questões colocadas pela Dr.^a Odete Cosme, dadas as insinuações públicas sobre a prática de atos criminais levados a cabo pelo próprio sem a existência de provas, que considerou uma falta de respeito institucional. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme, do BE, pediu a palavra para dizer não fazia um pedido de desculpa dirigido ao Sr. Presidente porque não tinha feito nenhuma, informando que apresentou uma queixa por gestão danosa à polícia judiciária. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais intervenções, colocou o Ponto 9 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar as Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão do ano de 2012 do Município do Cartaxo, com 14 votos a favor, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

1ª Secretária da Assembleia Municipal, usou a palavra para ler a declaração. (Anexo 5) -----

10- APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2012 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou o Ponto 10 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de 2012, com 26 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

11- BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou o Ponto 11 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar por o Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados, com 13 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 1 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

1ª Secretária da Assembleia Municipal, usou a palavra para ler a declaração. (Anexo 5) -----

12- DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2º SEMESTRE DE 2012 -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha, do PSD, solicitou a palavra para anotar a referência do ROC quanto à conclusão da página 7, no plano de cumprimento e saneamento financeiro, onde dizia que *"a redução efetiva da receita do município afetou de forma significativa as receitas, devem ser sublinhadas medidas de contenção financeira e a reprogramação da dívida"*. -----

--Quanto ao saneamento financeiro do 2º semestre do ano passado, o ROC acrescentou que *"de igual modo de proceder-se à reestruturação de algumas medidas de forma a maximizar a receita"*. -----

--Concluiu que o ROC andava sempre um relatório atrás da realidade do Município e cujas conclusões estavam em atraso comparadas com as necessidades do Município. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo intervenções, colocou o Ponto 12 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro – 2º semestre de 2012, com 14 votos a favor do Grupo do PS, 10 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 1 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

1ª Secretária da Assembleia Municipal, usou a palavra para ler a declaração. (Anexo 5) -----

13- AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE DADOS E VOZ – ANOS 2013/2014/2015/2016 _ PRÉVIA AUTORIZAÇÃO (DL 197/99, DE 08.06) / AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA) -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto 13 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a aquisição de Prestação de Serviços de Comunicações Fixas de Dados e Voz – Anos 2013/2014/2015/2016 _ prévia autorização (DL 197/99, de 08.06) / autorização prévia (LCPA), com 14 votos a favor do Grupo do PS, 11 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

14- 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2013, APROVADO EM SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Carlos Mota. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, no uso da palavra apresentou uma proposta para dividir o ponto 14 em duas partes distintas, porque a posição da bancada da CDU era diferente nas duas situações apresentadas, por um lado concorda com a abertura no quadro para a D. Carmo Antunes como coordenadora de pessoal no Agrupamento D. Sancho I, por outro não concorda com a questão do bombeiro municipal. -----

--Realçou que ao ascender à nova categoria de encarregada de pessoal operacional ficou em aberto uma vaga como assistente operacional e pensava que não é intenção da Câmara Municipal ocupar a mesma para não onerar o Município com mais despesas com o pessoal. -----

--Relativamente à alteração do quadro de pessoal e sobre a mobilidade de um bombeiro de Coruche



Handwritten signature

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para o Cartaxo, informou que a CDU votava contra, porque o parecer do Comandante dos Bombeiros do Cartaxo focava a saída de pessoal para aposentação, estando as vagas no quadro de pessoal preenchidas. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, no uso da palavra solicitou esclarecimentos adicionais quanto aos dois casos e disse partilhar as mesmas dúvidas do Sr. Carlos Mota quanto à questão dos bombeiros, porque se a vaga existia não havia necessidade de alterar o quadro de pessoal. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sublinhou que a Câmara estava a colocar à consideração da Assembleia a alteração ao quadro de pessoal, pelo que nenhum dos casos constitui um compromisso, apenas permite alterações posteriores no Agrupamento D. Sancho I e no Corpo de Bombeiros Municipais do Cartaxo. -----

—Quanto à situação da assistente operacional passar de encarregada operacional, disse que a transferência de categoria não acarreta custos adicionais à autarquia de acordo com a perspetiva e proposta do agrupamento. Pretendia-se dar a oportunidade de a funcionária ter a categoria profissional correspondente às suas funções. -----

—Salientou, ainda, que era proposto para os bombeiros municipais a alteração do quadro de pessoal para o enquadramento de um eventual bombeiro de 2ª classe. -----

—Referiu que os elementos reformados e que se iriam reformar eram considerados assistentes operacionais, enquanto no caso apresentado o elemento já era bombeiro profissional de base com formação específica e visava colmatar a saída de um bombeiro municipal que se aposentara, permitindo que os turnos de 11 pessoas continuassem a ser feitos com os meios e recursos humanos e operacionais necessários para garantir as condições mínimas e indispensáveis de trabalho. -----

— Concluiu afirmando que na globalidade não haveria um aumento da despesa considerando todas as previsíveis aposentações durante o ano nas várias unidades orgânicas. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, solicitou novamente a palavra para salientar ter conhecimento que a encarregada de pessoal operacional já exercia as funções e por isso concordava com o reconhecimento da categoria. No entanto, a mesma ao ocupar uma nova vaga no quadro de pessoal iria deixar em aberto aquela que ocupava atualmente e suscetível de vir a ser preenchida. -----

—Neste sentido, disse que gostava ouvir da parte do Sr. Presidente se a vaga não ia ser preenchida e se a mesma não representava mais encargos com o pessoal para o Município. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng.º Pedro Barata, do PSD, no uso da palavra questionou se ficava garantida a operacionalidade na questão dos bombeiros e se em termos de custos diretos verificava-se um aumento, ou seja a troca do elemento aposentado versus o elemento que estava a pedir a mobilidade aumentaria os custos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, interrompeu a intervenção do Eng.º Pedro Barata para frisar que na globalidade do quadro de pessoal da Câmara Municipal e ponderando as saídas e as



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Jays

entradas, não via haver um aumento do custo com o pessoal pela entrada do elemento em causa. ----

--Assumi um aumento de custo na orgânica dos bombeiros municipais, dado tratar-se de um bombeiro profissional de 2ª com um vencimento na ordem dos 600€ em troca de um assistente operacional cujo vencimento era de 485€. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.ª Luísa Pato, do PSD, no uso da palavra manifestou o seu descontentamento pelo facto como o Sr. Presidente da Câmara tratava os eleitos do concelho e destacou a existência de custos no caso da encarregada dada a alteração de cargo, ao contrário do que foi afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a Proposta da CDU para dividir o Ponto 14 em duas partes distintas. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, rejeitar a Proposta para dividir o Ponto 14 em duas partes distintas, com 10 votos a favor, 5 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 12 votos contra do Grupo do PS e 2 abstenções do Grupo do PS. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não havendo mais intervenções colocou o ponto 14 à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2013, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2012, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 5 votos contra, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 5 abstenções do Grupo do PSD. -----

1ª Secretária da Assembleia Municipal, usou a palavra para ler a declaração. (Anexo 5) -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, solicitou a palavra para recordar que na reunião de Câmara o referido ponto foi dividido em duas partes distintas de acordo com proposta do Vereador da CDU. -----

15- EXTINÇÃO DA RUMO 2020, E.M. PELA APLICAÇÃO DO NOVO REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL, APROVADO PELA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, do BE, no uso da palavra disse que o BE ausentar-se-ia da sala, dado que o ponto proposto para deliberação recorria à Lei 50/2012, de 31 de agosto e nesse sentido a votação que vai decorrer é ilegal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Mota, da CDU, lembrou que na votação do ponto 14 na reunião de Câmara foi feita separadamente sob proposta do Vereador da CDU e acolhida pelo executivo. -----

--Referiu que a CDU votou contra o alargamento do quadro no que respeitava ao encarregado operacional não por sua vontade mas obrigado por não ter existido uma separação dos pontos. -----

--Relativamente ao Ponto 15 lembrou que a CDU sempre foi contra a criação e constituição da empresa Rumo 2020, portanto seria o suficiente para estar a favor da sua extinção, tendo em conta que a Câmara Municipal estava perante uma obrigatoriedade legal de extinção da respetiva empresa.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Hélia Baptista, do PSD, usou a palavra para tecer algumas considerações quanto à extinção da empresa municipal Rumo 2020. (Anexo 6) -----

• O Grupo do PSD, o Grupo da CDU e o Grupo do BE ausentaram-se da sala. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos, do PS, usou a palavra para advertir que a redação do ponto não estava correta, não se trata de extinção da Rumo 2020 mas sim autorização para extinção da Rumo 2020, uma vez que a Assembleia não tinha legitimidade para extinguir a mesma, afirmando que a redação do ponto deveria de iniciar com "pedido de autorização para extinção". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a realização de uma sessão extraordinária, sem direito a senha de presença e com uma nova redação do Ponto 15. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, agendar uma sessão extraordinária (sem direito a senha de presença) e com uma nova redação do ponto referente à extinção da RUMO 2020, E.M. pela aplicação do novo regime jurídico da atividade empresarial local, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação da minuta da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

ENCERRAMENTO: Não havendo outros assuntos a falar, o Sr. Presidente, deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e vinte e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Jorge Manuel Pisca Lúcio, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 2.º Secretário,



MOÇÃO

1.º De Maio

Jondey
FW
[Signature]

Depois da fome, da guerra, da prisão e da tortura, período negro da nossa história em que o Povo português vivia no obscurantismo, com salários de miséria sem direito ao trabalho, à saúde sem reformas sem poder falar, apesar de tudo, lutava conforme podia, já fazia greves e comemorava o 1.º de Maio mesmo correndo o risco de ser preso, sempre com o objetivo de derrubar o governo e com ele alterar o regime e implantar a Democracia que lhe permitisse ter, Paz, Pão, trabalho, habitação, saúde e educação e finalmente conquistar a Liberdade a sério, porque sem estes componentes não existe liberdade total, nem Democracia real como é o nosso caso atualmente.

Feito este processo, com o agudizar da guerra colonial, um grupo de militares ganhou consciência das injustiças, que o regime de então estava a cometer, e em colaboração com o Povo português encetou um golpe de estado no glorioso dia 25 de Abril de 1974 e assim abriram as portas ao primeiro 1.º de Maio em Liberdade outro facto histórico no nosso processo revolucionário. Com este facto ficou aberto todo o caminho para entregar ao Povo tudo aquilo que qualquer Povo ou Ser Humano tem direito como já atrás foi referido: à Paz, ao Pão, trabalho, habitação, saúde e educação. É o período mais lindo da história de Portugal e do seu Povo.

E assim se concretizava a Revolução Democrática denominada como Revolução dos 3 D's, **Democratização, Descolonização e Desenvolvimento.**

Há a salientar que dois dos 3 D's foram realizados em parte e um D ficou totalmente por realizar, diríamos mesmo, que durante 37 anos percorremos com tantos incumprimentos, tantos atropelos, tantas cedências, e perdas de soberania que nos trouxeram ao estado atual em que o país se encontra, com muitas semelhanças do antes do 25 de Abril.

Sandays
ph

Porque grande parte das conquistas que os trabalhadores e o Povo conquistaram após o 25 de Abril tem estado a ser usurpadas e destruídas todos os dias, tal como:

A venda e desmantelamento de empresas a desindustrialização do País, a perda da produção agrícola, a destruição das pescas, o encerramento de escolas, centros de saúde e hospitais, um ataque feroz a todo o sector público cortes e mais cortes nas pensões e reformas, venda ao desbarato dos CTT, ANA e outros, tendo vindo a arrastar consigo o desemprego, a fome, a miséria e o medo que volta a aparecer, sempre em prejuízo dos utentes dos mais fracos em benefício dos mais ricos, e, aqui estão a aparecer as semelhanças com o anterior regime de que atrás referíamos, tantos exemplos tínhamos para referir, isto tudo a troco de uma entrada num Clube dos ricos com uma moeda com valor semelhante ao marco alemão, que está a estrangular a nossa economia, com uma dívida cada vez maior com um PIB que nem já chega para pagar os juros.

Só alguns exemplos:

Quase 63 mil e 500 pessoas inscreveram-se em Março nos centros de emprego, dados revelados pelo IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), os quais estão muito longe de refletirem as cifras reais de flagelo em Portugal, o número de

desempregados no final do mês passado era de 11% superior ao total contabilizado em igual período de 2012.

*geralmente
tudo*

Mais contundente ainda segundo as estatísticas da mesma fonte, é a média de inscrições durante o mês de Março de 2013 nos centros de emprego ter sido de 85 pessoas por dia, e o facto dos desempregados que procuram emprego há mais de um ano ter crescido cerca de 30% face a Março de 2012.

O IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), adiante igualmente que o fim do trabalho não permanente, a procura do 1.º emprego e os despedimentos foram os principais motivos apresentados pelos novos inscritos, numa parte muito considerável dos quais 31,9% com licenciaturas ou habilitação superior, entre os professores o desemprego aumentou mais de 73%.

Por tudo isto muito mais motivos haverá para que os trabalhadores, os reformados e pensionistas, pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores, Centrais Sindicais e o Povo em geral façam deste 1.º de Maio um dia de Luta e muito Forte com o objetivo de substituir este governo reforçar a Democracia e impor melhores condições de vida e de trabalho ao Povo Português.

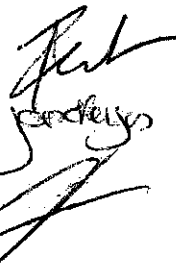
Viva o 1.º de Maio!

Viva Portugal

A Bancada da CDU

Cartaxo 30 de Abril de 2013

*Cartaxo
Rodrigo A. Rodrigues*



PROJETO VIVACIDADE um projeto

de cidadania ambiental — O ESPAÇO PÚBLICO É DE TODOS E CABE A CADA UM DE NÓS CUIDAR DO QUE É NOSSO. Com o projeto VIVACIDADE pretende-se que os cidadãos, de todas as idades, compreendam que podem e devem ter um papel ativo respeitador do meio ambiente. Responsabilizando-se pela sua defesa e proteção.

Dar o exemplo é a melhor forma de assumir ativamente este papel. Agindo e sensibilizando as pessoas à nossa volta para a importância do respeito pela natureza, pelo espaço público e pelos seus equipamentos, como uma das formas de promoção do bem comum.

Pretende-se:

- Envolver as comunidades locais do concelho do Cartaxo na recuperação, valorização, preservação e manutenção dos espaços verdes públicos, bem como de outras zonas de interesse ecológico como florestas, linhas de água, etc...
- Sensibilizar para a importância de uma cidadania activa encorajando a instalação de hábitos de participação e responsabilização individuais como forma de promover:
 - o bem comum,
 - o convívio intergeracional,
 - o fortalecimento de laços de pertença,
 - a inclusão social,
 - e uma sociedade melhor e mais harmoniosa.
- Estimular, através do exemplo, a adopção de de comportamentos e hábitos mais saudáveis e sustentáveis. Realçando os ganhos ambientais, sociais e económicos associados a estas práticas:
 - não recorrendo ao uso de químicos de síntese, (preservação do ambiente no que se refere à qualidade da água, dos solos, do ar e, em consequência, da nossa saúde),
 - racionalizando o consumo de água e energia, (selecção de plantas autóctones e/ou pouco exigentes em água, utilização de recursos locais, uso reduzido de máquinas, etc),
 - sistematizando práticas sustentáveis de gestão de resíduos (compostagem, reciclagem, reutilização, etc),
 - promovendo o exercício físico ao ar livre e a custo zero, como forma de melhorar a saúde global (melhorando a qualidade do sono, reduzindo os níveis de stress e ansiedade bem como a conta do ginásio, do médico e da farmácia),
 - criando um banco de sementes com pontos de recolha e de reprodução de plantas. Recuperando hábitos de troca e partilha de sementes, plantas, experiências, conhecimentos, informação, etc...com realce para a importância da preservação da biodiversidade.

Para mais informações contactar a Associação Eco-Cartaxo, Movimento a ecológico e alternativo. Tlms -939569807 ou 92223439.

Intervenção (CPCI)

Relativamente ao 1º ponto da ordem do dia, começo por dizer que eu faço parte da C.P.C.J. (comissão de protecção de crianças e jovens em risco) por indicação desta Assembleia, desde o início deste mandato autárquico.

Devo dizer que esta participação tem sido para mim uma experiência interessante e muito enriquecedora.

A C.P.C.J. é uma instituição oficial que visa proteger os direitos da criança e de jovens em perigo de forma a garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral.

Esta comissão está dividida em duas sub-comissões:

a comissão restrita e a comissão alargada.

Compete à comissão alargada o desenvolvimento da acção de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo, devendo actuar como activador de recursos da comunidade.

A comissão restrita, trabalha no terreno todos os dias, aprecia as situações sinalizadas, instaura processos de promoção e protecção sempre após audição e consentimento dos pais, solicitando pareceres e colaboração de entidades públicas e privadas, decidindo

a aplicação de medidas constantes na lei que considere adequadas, respeitando o superior interesse da criança e a responsabilidade parental.

A sinalização destas situações pode ser efectuada por qualquer membro da comunidade.

Nesta altura de crise que o país atravessa, em que todos os dias em Portugal, crianças são vítimas de miséria

, maus tratos e dramas familiares e quando as desigualdades sociais acentuam o elevado nível de pobreza infantil,

são estas instituições que trabalham árdua e diariamente para combater esta problemática.

É fundamental consciencializar a comunidade para a importância da prevenção dos maus tratos na infância

, no sentido de uma parentalidade positiva e ainda do fundamental envolvimento comunitário.

A família, enquanto estrutura de cidadania plena, caracteriza-se

actualmente por uma diversidade

de composição, estrutura e dinâmicas, em que os aspectos afectivos

, relacionais e educativos assumem

especial importância.

O Estado tem de estar atento às vulnerabilidades daí decorrentes, às quais se torna necessário responder com mecanismos especializados de apoio à família.

É nesta resposta que está o desempenho,

o papel nada fácil mas que eu direi de vital importância

para o concelho do Cartaxo que a C.P.C.J. efectua.

É do meu ponto de

vista uma comissão com muito mérito que (ao contrário de muitas comissões) que

funciona efectivamente e se eu fosse convocada para a avaliar, à laia do professor dr. Marcelo Rebelo de Sousa daria nota "20" à comissão e à sua coordenadora.

Hélia Monteiro Baptista



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

gouveias
pt

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 30 de Abril de 2013

N.º de Páginas : 7

Assunto:

“Relatório de Gestão (RG) de 2012” com as “Demonstrações Financeiras (DF)” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas”

Tendo analisado os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2012, os Deputados eleitos pelo PSD para a Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que:

AS CONTAS DA AUTARQUIA ESTÃO “LIGADAS À MAQUINA” EM ESTADO DE COMA MUITO PROFUNDO...

Ao longo dos últimos anos a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo foi correctamente identificada pelos autarcas eleitos pelo PSD e, em resumo, a realidade traduziu-se no seguinte:

- As Despesas (sobretudo Correntes) não tinham cobertura pelas Receitas arrecadadas;
- O recurso aos empréstimos bancários serviu para disfarçar o problema num primeiro momento e o endividamento de Médio e Longo prazo cresceu;
- Quando a capacidade de endividamento se aproximou dos limites legalmente previstos, fez-se recurso a Receitas extraordinárias e artificiais para fazer face ao sorvedouro que constituíam as Despesas (as «rendas da EDP», a venda do «Campo da Feira» ou as «contrapartidas da OTA» são exemplo disso);



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Sanctus
pt
6

- Como estas Receitas nunca se concretizaram mas as Despesas continuavam a crescer e era urgente o seu pagamento, a alienação de activos foi o passo seguinte para encontrar novas Receitas, com a concessão das águas e do saneamento à Cartágua;
- Durante todo este espaço de tempo o Investimento Municipal foi escasso e normalmente o seu pagamento foi retardado aos fornecedores;
- Com o QREN já em exercício, recorreu-se ao Saneamento Financeiro, com a utilização extraordinária de 13 milhões de Euros para pagar aos fornecedores e libertar alguns recursos financeiros para a execução de projectos co-financiados;
- Ao longo destes anos, nunca se concretizou nenhum plano de contenção das Despesas nem nunca se conseguiu maximizar a Receita;

Apesar dos sucessivos alertas, a maioria absoluta do Partido Socialista (PS) que governa a Câmara Municipal e que tem aprovado – também por maioria absoluta – a estratégia para a autarquia na Assembleia Municipal, foi sempre insensível e incapaz de reagir. Continuou a errar e conduziu o Município para o estado vegetativo em que hoje se encontram as contas municipais.

Nesta Assembleia Municipal do Cartaxo, ao longo da última década, só o PS errou ao conduzir o Município para esta situação. O projecto político que o PS tinha para o Município do Cartaxo faliu e está morto!

Hoje em dia, o Município do Cartaxo já está a ser resgatado financeiramente.

As Despesas continuam a ser superiores à Receita e esta realidade está longe de ter uma solução. Já não é um problema momentâneo ou de circunstância. Trata-se de um problema estrutural.

Nestes últimos anos, como aqui denunciámos, a solução para o Município do Cartaxo já não passava pelo Saneamento Financeiro. Tratava-se de recorrer ao auxílio da administração central e do sistema financeiro para negociar o seu Reequilíbrio Financeiro. Por isso, a Câmara Municipal do Cartaxo teve de ser resgatada!

O “Relatório de Gestão - 2012” com as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” comprovam tudo isto.

DESPESA...

a) Ao nível da **DESPESA**, destaca-se:

- i. Uma previsão de Despesa Global de 63,862 M€ com uma concretização de 14,591 M€, ou seja, **cerca de 22,9%** de execução orçamental, quando em 2011 foi de 30,2% e em 2010 era de 35%;
- ii. Prevista uma Despesa Corrente de 26,198 M€ e concretizados 9,967 M€ o que equivale a uma realização orçamental de **38,1%** aquém dos 48,4% de execução orçamental em 2011 e dos 55,4% realizados em 2010);
- iii. A confrangedora execução da Despesa de Capital, com 37,663 M€ previstos no Orçamento para 2012 e apenas consumidos 4,624 M€ que correspondem a uma execução insignificante de **12,3%** que ainda é pior do que em 2011 com 15,7% (foi de 18,2% em 2010);

RECEITA...

b) Ao nível da **RECEITA**, destaca-se:

- I. O facto da previsão da Receita Global de 63.862 M€ apenas ver concretizados 15,033 M€, ou seja, **cerca de 23,5%** que comparam, para pior, com a execução de 30% em 2011 e ainda pior com o resultado de 38,3% em 2010;
- II. A Receita Corrente contemplar uma previsão de 26,199 M€ dos quais **40,1%** (10,506 M€) são concretizados, comparando - para pior - o registo alcançado em 2011 com uma execução de 45,8% e em 2010 quando a execução foi de 75%;
- III. A Receita de Capital corresponde ao pior indicador de execução orçamental, estava prevista uma arrecadação de 37,663 M€ e apenas se obtiveram 4,527 M€,



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

correspondentes a 12% da execução orçamental e que se encontra em linha com os 10,3% da execução orçamental de 2011 e os 11,8% de 2010;

Afinal, os empenhamentos e as considerações tecidas na discussão dos Documentos Previsionais que sustentámos em 2010, que tivemos em 2011 e que mantivemos em 2012 faziam sentido...

Em suma, ao longo de todo este mandato autárquico, o Executivo Municipal liderado pelo PS e apoiado nesta Assembleia Municipal por uma maioria absoluta, apresentou e votou Orçamentos irrealistas e impossíveis de concretizar.

DIVIDAS E MAIS DIVIDAS... AOS FORNECEDORES E AO ESTADO...

- São 277 páginas de dívidas aos fornecedores, definidas pela “Lei dos Compromissos”... Correspondentes a mais de 22 M€ não liquidados, prejudicando também a economia local...
- De acordo com a Ênfase nº 9 do Revisor Oficial de Contas há também “*em mora dívidas ao Sector Público Estatal no montante de 1.254.225 Euros*”... (ADSE, Caixa Geral de Aposentações, etc, ????)...

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA...

	2010	2011	2012
ACTIVO	87.958.465,00	65.448.396,53	65.498.886,81
FUNDOS PRÓPRIOS	16.226.973,34	-9.159.426,49	-12.140.025,61
PASSIVO	71.731.491,66	74.607.823,02	77.638.912,42

a) A depreciação do Activo, entre 2010 para 2012, é superior a 22 M€;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

gondays
fut

- b) "O valor dos Fundos Próprios encontra-se integralmente perdido" como consta da ~~ênfase~~ nº 8 do Revisor Oficial de Contas;
- c) Desde 2011 que o Passivo passou a ser superior ao Activo. Já lá vão 2 exercícios orçamentais!

OS RESULTADO OPERACIONAIS...

Os Resultados Operacionais do Município do Cartaxo são negativos há 6 anos. Desde 2007 com - 1,9 M€ que se tem vindo a comprovar a inacção e a incapacidade desta gestão socialista.

Em 2010 voltou a suceder o mesmo! Os Resultados Operacionais voltaram a ser negativos: -4,148 M€. Porém, através do recurso aos Proveitos e Custos Extraordinários, bem como a Resultados Extraordinários (que sempre foram estáveis de 2002 a 2006) a CMC foi mascarando e maquilhando alguns resultados financeiros.

Em 2011 os Resultados Operacionais foram de -3,457 M€ e em 2012 ficaram-se pelos -1,457 M€.

Em suma, os Resultados Operacionais de 2012 foram novamente negativos e tudo aponta para que em 2013 essa tendência se mantenha. O Executivo PS não consegue operacionalizar o Município. Ou seja, a operação do Município, não se paga a si própria... Já lá vai quase uma década!

O RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO...

Nos documentos apresentados pode-se ainda constatar que o Resultado Líquido do Exercício é negativo. Infelizmente mantém-se a tendência... Em 2012 correspondeu ao montante de - 2.943.370,32 Euros que acumula com os -5.394.117,25 Euros do ano económico de 2011...



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials.

O AUMENTO DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO ...

As dívidas de curto prazo em 2008 correspondiam a 6,4 Milhões de Euros.

Em 2009, estas dívidas passaram para 14,3 Milhões de Euros, o que significava um crescimento desta dívida em cerca de mais 8 Milhões de Euros.

Em 2010, a dívida de curto prazo atingiu os 18.836.185,50 Euros...

Em 2011, ela volta a aumentar para 23.049.808,00 Euros... Cresceu cerca de 4,5 Milhões de Euros!

Entre 2008 e 2011 a dívida de Curto Prazo aumentou mais de 16,5 Milhões de Euros.

No final de 2012, a CMC reconhece que o conjunto total da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo é de 44.575.745 €...

Falta saber como é que o PAEL e o Sistema Financeiro vão conseguir atenuar estes montantes e o correspondente Serviço da Dívida?

Neste contexto importa ainda sublinhar que o excesso de endividamento líquido subiu de 21,730 M€ em 2011 para 23,092 M€ em 2012 (um acréscimo de 1,3 M€)...

ALGUNS OUTROS INDICADORES DO EXERCÍCIO...

- O Serviço da Dívida Municipal custou em 2011 cerca de 1.759.256,19 Euros. Atendendo ao Orçamento que então foi executado, este montante já se aproximava dos 10% do total das Despesas Municipais. Em 2012 – e de acordo com os resultados apresentados neste indicador – a CMC deixou de poder assegurar o pagamento de Juros e de Amortização de Capital em tempo oportuno, adiando e agravando os seus compromissos também com o sector financeiro;
- Em 2012 (tal como sucedera em 2011) e apesar das fortes expectativas criadas juntos dos agentes culturais e desportivos, a CMC não assegurou a assinatura e pagamento dos Protocolos para com todas as Colectividades do Concelho. Ainda há dívidas da CMC para cumprir estes Protocolos. Consideramos lamentável esta falta de lealdade do Município do Cartaxo para com todo o movimento associativo do Concelho;



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

Handwritten signature and initials.

VOTAÇÃO:

Os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo votam contra o “Relatório de Gestão”, as respectivas “Demonstrações Financeiras” e o “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal do Cartaxo, desenvolvidas ao longo de 2012.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data : 30 de Abril de 2013

N.º de Páginas : 7

Assunto:

“Balanco e demonstração de resultados consolidados”

Este mesmo “voto contra” é assumido pelo conjunto destes eleitos para o ponto da Ordem de Trabalhos que se refere ao “Balanco e demonstração de resultados”.

DECLARAÇÃO:

Int
Joana Vergas

De acordo com o parecer emitido pela ANMP, em 17 de janeiro de 2012 e em obediência ao princípio da imparcialidade, impõe-se à 1ª Secretária da Mesa da Assembleia o dever de abstenção de intervir em deliberações que estejam relacionadas, direta ou indiretamente, com as funções de técnica municipal da Autarquia.

Deste modo, informo que não ~~participo~~ ^{13, 12} na votação dos pontos nº9 e 14 da ordem de trabalhos, ausentando-me da sala durante esse período.

Cartaxo, 30 de Abril de 2013

A Membro da Assembleia Municipal,

Joana Vergas

(Joana Vergas)

Relativamente ao 15º ponto da ordem de trabalhos e no que concerne à empresa "Rumo 2020", eu quero tecer algumas considerações.

Em tempos atrás e numa sessão desta Assembleia, em que também a "RUMO 2020" integrava a ordem de trabalhos, eu disse ao executivo que havia um trabalho, com muito interesse, publicado pelo juiz jubilado do tribunal de contas, Dr. Carlos Moreno, que dizia que as empresas municipais e as parcerias público-

privadas, que ultimamente têm estado na moda, só davam prejuízo ao país.

Nesta altura

, o nosso amigo Presidente, Dr. Paulo Caldas disse que estas empresas no Cartaxo não iriam dar prejuízo.

Pois bem! Do meu ponto de vista a constituição destas empresas foi uma peste que grassou por todo o país.

Nos últimos dez anos criaram-se hospitais -

empresas, Estradas de Portugal, parcerias público -

privadas, empresas municipais e fundações nacionais, regionais e autárquicas. Foram assim criadas entidades jurídicas, distintas da administração pública, central ou local para passar a todas para todas essas entidades, uma série de funções que pertenciam ao Estado.

Para retirar receita e despesa do Orçamento do Estado, permitiu-

se que essas entidades se endividassem ao infinito. Mais tarde ou mais cedo,

isto tinha de ser pago pelo Orçamento do Estado.

Veja-se na sequência da troika ter vindo a Portugal, toda a dívida das Estradas de Portugal foi assumida como dívida orçamental.

Relativamente às "PPP" foi assumido pelo orçamento do Estado e nessa altura apareceram os buracos.

Deveria ser criada legislação para que isto não voltasse a acontecer.

Tem havido dificuldade por parte do poder político em produzir legislação para que a má gestão financeira e a ilegalidade seja sancionável. O "BPN" é manifestamente um caso de polícia que foi transformado num problema de finanças públicas e quando isto acontece torna-se incontornável. Foram descobertos ilícitos criminais flagrantes que estão a fazer o seu caminho nos tribunais.

Para haver uma democracia séria, os cidadãos têm o direito e o dever de exigir que o dinheiro de todos, seja gasto criteriosamente.

A crise que vivemos começou no desperdício dos recursos públicos. A lei orgânica do tribunal, lei essa que

foi votada no Parlamento, não pune com sanções financeiras os casos de má gestão.

Hélia Monteiro Baptista